

DOCTRINA PENAL

ANÁLISE CRÍTICA DA PROBLEMÁTICA DAS DROGAS E A LEI Nº 11.343/2006

Nereu José Giacomolli
Desembargador no TJRS e Professor na PUC-RS

SUMÁRIO: 1. Introdução – 2. Perspectiva do indivíduo e da Sociedade – 3. Droga como fenômeno transnacional e de poder – 4. Principais características contemporâneas do fenômeno das drogas – 5. Consumidor e dependente – 6. Tráfico, punibilidade e outros problemas da nova lei – 7. Processamento criminal – 8. Considerações Finais – 9. Bibliografia.

FONTE: Revista Brasileira de Ciências Criminais, n. 71, março-abril/2008. p. 181-204

LEI MARIA DA PENHA: UMA LEI CONSTITUCIONAL PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E CONSTRUIR A DIFÍCIL IGUALDADE DE GÊNERO

Shelma Lombardi de Kato
Desembargadora do TJMT

SUMÁRIO: 1. A problemática universal da violência doméstica: Tratados Internacionais. A violência doméstica no contexto nacional- 2. A Lei 11.340/2006: aspectos relevantes – 3. Algumas questões pontuais: 3.1 Inaplicabilidade da Lei 9099/95; 3.2 Violação das garantias constitucionais e do princípio da igualdade; 3.3 Retratação da representação ou renúncia?; 3.4 Suposta inconstitucionalidade por estabelecer a desigualdade dos sexos. Realidade histórica e princípio da isonomia; 3.5 Juízo da família ou juízo criminal?; 3.6 Capacitação permanente dos agentes envolvidos na prevenção e na repressão à violência doméstica: art.8º, VII, da Lei 11.340/2006- 4. Anexos: 4.1 De que igualdade se trata; 4.2 PGJ 200706685; 4.3 Egrégia Turma de Câmaras Criminais Reunidas; 4.4 A viabilidade da instalação e funcionamento das varas de violência doméstica e familiar contra a mulher: 4.4.1 Responsabilidade da Justiça Estadual; 4.4.2 Leis orçamentárias. Planejamento estratégico; 4.4.3 Limitações da LRF e alternativas orçamentárias; 4.4.4 Criação de fundos; 4.4.5 Credenciamento de profissionais- 5. Bibliografia.

FONTE: Revista Brasileira de Ciências Criminais, n. 71, março-abril/2008. p. 266-296

REFLEXÕES SOBRE A COMPATIBILIDADE DO MODELO RESTAURATIVO COM O SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO

Renato Campos Pinto de Vitto
Defensor Público no Estado de São Paulo, Presidente da Comissão de Justiça e
Segurança Pública do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais-IBCCrim.

SUMÁRIO: Introdução; I-Dimensão sociológica; II- Dimensão jurídica; III- Dimensão operacional; Conclusão; Referências Bibliográficas.

FONTE: Revista IOB de Direito Penal e Processual Penal, n. 49, abr.maio/2008. p. 199-209

APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer
Procurador do Estado de São Paulo

SUMÁRIO: 1. Introdução- 2. Aplicação do CDC aos serviços públicos e seus limites: 2.1 Espécies de serviço público; 2.2 Constitucionalidade da aplicação do CDC aos serviços públicos; 2.3 Âmbito de aplicação do CDC aos serviços públicos; 2.4 Distinção entre usuário e consumidor de serviço público; 2.5 Conclusão- 3. Exemplos de direitos dos consumidores de serviços públicos: 3.1 Dever de continuidade na prestação dos serviços públicos *uti singuli*; 3.2 Devolução em dobro de quantia paga indevidamente- 4. Controle social das agências reguladoras e participação dos consumidores na regulação dos serviços públicos- 5. Bibliografia.

FONTE: Revista de Direito do Consumidor , janeiro-março/2008. p. 226-252
